



Iris critica programas de TV que estimulam erotismo infantil

Página 5

Congresso homenageia Aureliano Chaves

Página 6

Valadares quer garantir acesso de alunos da rede pública à Internet

Página 8



JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano IX - Nº 1.721 - Brasília, quarta-feira, 18 de junho de 2003

CAE

Trabalho escravo gera indenização

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem projeto que concede a primeira indenização por trabalho escravo no país. A proposta vai ao Plenário.

Página 7

SEGURANÇA

Punição severa para o porte ilegal de armas

Subcomissão de Segurança Pública, vinculada à Comissão de Justiça, aprovou ontem projeto que torna o porte ilegal e o tráfico de armas crimes inafiançáveis.

Página 4

CRE

Aprovada indicação de embaixadores

Representantes brasileiros no Cazaquistão e na República Tcheca foram aprovados pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Página 4



Jane de Araújo

INVESTIGAÇÃO. Mercadante defendeu em Plenário a criação da CPI, que deve ser formalizada hoje, em sessão convocada por José Sarney

Congresso decide criar CPI do caso Banestado

- Sessão hoje, às 9h, formaliza comissão mista para investigar remessa ilegal de dólares

O presidente do Senado, José Sarney, convocou para hoje, às 9h, sessão do Congresso Nacional em que será lido requerimento para criação de comissão parlamentar de inquérito (CPI) mista destinada a investigar a remessa ilegal de dólares no chamado caso Banestado. Apresentado ontem pela senadora Ideli Salvatti, o requerimento tem apoio das lideranças partidárias. Conforme o líder do governo, Aloizio Mercadante, no momento atual das investigações, a CPI poderá oferecer importante contribuição para esclarecer os fatos.

Páginas 3 e 4



Gerardo Magela

Coral se apresenta nos 180 anos do Legislativo

Integrando as comemorações dos 180 anos do Legislativo, o Coral do Senado apresentou-se ontem à noite na Sala Martins Penna do Teatro Nacional Cláudio Santoro. Durante o evento, foi lançada edição especial do **Jornal do Senado** sobre o tema e distribuída a mais nova versão da Constituição. O concerto de gala reuniu um repertório especialmente composto para homenagear a cultura brasileira, a esperança no futuro e o amor pelo país.

Projeto de Sibá ajuda "soldados da borracha"



Sibá Machado: comprovação é impossível

Os seringueiros que trabalharam na 2ª Guerra Mundial nos seringais da Amazônia poderão apresentar prova testemunhal para

recebimento de pensão mensal vitalícia de dois salários mínimos. É o que estabelece projeto do senador Sibá Machado (PT-AC) que tramita nas Comissões de Assuntos Sociais e de Constituição, Justiça e Cidadania. A concessão foi garantida aos seringueiros, recrutados para o trabalho em 1943, pelo artigo 54 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição de 1988, mas vem sendo impossibilitada pela legislação atual, que impede esses trabalhadores de comprovarem o desempenho da atividade por meio de prova testemunhal, e exige a apresentação de prova material.

Morte de deputado encerra sessão

O presidente do Senado, José Sarney, suspendeu a sessão plenária de ontem em homenagem ao deputado Moisés Lipnik (PDT-RR), falecido durante a madrugada, em Brasília, aos 49 anos, vítima de complicações cardíacas. Os requerimentos para a suspensão da sessão e envio de condolências aos familiares do deputado foram assinados pelos senadores Romero Jucá (PSDB-RR) e Augusto Botelho (PDT-RR).

Agenda

Sessão deve anunciar instalação de CPMI do Banestado

Requerimento que cria a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a investigar remessas ilegais de dólares para o exterior será lido durante

sessão do Congresso Nacional marcada para começar às 9h. A previsão é de que a CPMI seja instalada ainda hoje.

Atividades em Plenário começam às 10h

Às 10h, tem início sessão para votação e discussão das medidas provisórias que continuam obstruindo a pauta de votações. A sessão, prevista para as 14h30,

foi antecipada para as 10h por acordo de lideranças e decisão da Mesa do Senado. Podem ser votadas as emendas ao projeto de lei de conversão que dispõe sobre

o reajuste do salário mínimo, o projeto que beneficia agricultores familiares atingidos pela seca e o que trata da propaganda de cigarros e bebidas.

CCJ vota indicação do procurador-geral da República

Entre os itens a serem analisados na reunião marcada para hoje, às 10h, da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), presidida pelo senador Edison Lobão (PFL-MA), constam a votação da mensagem do presidente da Repúbli-



ca indicando Cláudio Lemos Fonteles para o cargo de procurador-geral da República; o projeto que institui o controle externo das agências reguladoras; e o que prevê a implantação do registro digital do voto.



Instalação de presídios federais

A CCJ também deve analisar hoje de manhã o projeto que trata da instalação de presídios federais de segurança máxima; o que anistia os trabalhadores da Empresa

Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), punidos em razão da participação em movimento grevista; e o que autoriza o Poder Executivo a criar a Fundação Universidade Federal do Tocantins.

Agente comunitário de saúde na CAS

Na Comissão de Assuntos Sociais, às 10h, merecem destaque a discussão do projeto que torna obrigatório o atendimento odontológico pelo SUS; do que dispõe sobre a declaração de óbito e a realização de estatística de óbitos em hospitais públicos e privados; do que cria a profissão de agente comunitário de saúde; e do que torna obrigatória a presença de psicólogo hospitalar nos serviços de saúde pública e privada.



Comissão mista aprecia MP

Está marcada para as 11h a instalação da Comissão Mista que vai apreciar a MP nº 120, que altera o artigo 16 da MP nº 2.181-45, de 2001, que trata de operações financeiras entre o Tesouro Nacional e outras instituições. A comissão é composta por 13 senadores e 13 deputados.

Indicação de embaixador

Após o término dos trabalhos em Plenário, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) se reúne para discutir a indicação de Gilberto Vergne Sabóia para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto ao Reino dos Países Baixos. A comissão é presidida pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP).

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp



MUDANÇAS. Deputado José Pimentel (E) recebeu as sugestões de Paulo Paim

Paim entrega propostas para a Previdência

O vice-presidente do Senado, Paulo Paim (PT-RS), entregou ontem ao relator da comissão especial que trata da reforma da Previdência, deputado José Pimentel (PT-CE), documento contendo sugestões para mudar a proposta original enviada pelo Executivo.

– A nossa responsabilidade, neste momento histórico para a sociedade brasileira, aumenta cada vez mais, uma vez que, no encontro que formalizou a Mesa Nacional de Negociação Permanente entre o governo e as entidades dos servidores públicos, o próprio ministro José Dirceu, ao citar meu nome, disse que agora a negociação passa para as mãos do Congresso Nacional – disse Paim.

Na ocasião, José Pimentel afirmou que recebeu com simpatia as sugestões, e que elas estão na linha para se construir uma proposta negociada.

– É isso que a relatoria deseja – enfatizou o deputado, lembrando ainda que as propostas do vice-presidente do Senado se aproximam das do PT e da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Silhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes.
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Júnia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

Agência Senado

Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Marcos Magalhães e Néelson Oliveira (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Principais pontos

- Contribuição dos inativos: não haveria. O debate se daria nos estados e municípios, de acordo com cada realidade;
- regra de transição: a proposta do governo valeria somente para os que entrassem no sistema após a reforma; para os atuais servidores, se trabalharia com uma forma que valorizasse o cálculo do tempo no serviço público;
- paridade: seria assegurado a todo aposentado e pensionista o mesmo reajuste concedido aos que estão no regime geral da previdência;
- extinção do fator previdenciário: o cálculo seria feito sobre as últimas 120 contribuições.

CPI DO BANESTADO

Presidente José Sarney convoca reunião dos Plenários das duas Casas após apresentação de requerimento para criação de CPI mista sobre lavagem de dinheiro

Congresso cria hoje comissão para investigar remessa ilegal de dólares

O presidente do Senado, José Sarney, anunciou ontem, durante visita à exposição do fotógrafo Eric Gaba, na Câmara dos Deputados, a realização de uma sessão do Congresso Nacional, às 9h, convocada para a leitura do pedido de constituição de uma CPI mista destinada a investigar a remessa ilegal de dólares por meio de cinco agências bancárias de Foz do Iguaçu, entre elas, do Banco do Estado do Paraná (Banestado).

A criação da CPI foi solicitada em três diferentes requerimentos, um deles da senadora Ideli Salvatti (PT-SC). Sarney disse que a decisão foi tomada pelo consenso das lideranças e que, ainda hoje, os líderes poderão indicar os parlamentares que integrarão essa comissão.

Indagado se isso não atrapalhará a votação das reformas que o governo pretende aprovar no Congresso, o presidente do Senado foi conciso.

– Como presidente do Senado e do Congresso, devo examinar que essa é uma decisão das duas Casas e tem ser cumprida, por estar inserida no nosso



José Cruz

INVESTIGAÇÃO. Para José Sarney, criar CPIs é parte do trabalho parlamentar. Ideli quer achar culpados antes da prescrição do crime

trabalho parlamentar.

O presidente do Senado disse ainda desejar que a CPI tenha êxito, “prestigiando a Casa e mostrando o seu desejo de apurar fatos que estão aí a pedir avaliação da opinião pública e do próprio Congresso”.

Requerimento

Ideli Salvatti (PT-SC) entregou ontem à noite ao presidente da Câmara dos Deputados, João Paulo Cunha, o requerimento pedindo a instalação de uma CPI mista para investigar lavagem de dinheiro em agências bancárias de Foz do Iguaçu



Roosevelt Pinheiro

(PR). O documento continha a assinatura de 31 senadores e, para sua concretização, os deputados deverão apresentar idêntico requerimento, com as assinaturas de pelo menos 171 parlamentares.

Se instalada, a CPI do Banestado será integrada por 16 deputados e 16 senadores, que terão 120 dias para investigar a remessa de dólares para o exterior, usando cinco agências bancárias de Foz de Iguaçu, de 1996 a 2002. Ideli afirma que existem indícios de que parte das remessas provém de dinheiro ob-

tido pelo narcotráfico, contrabando e corrupção.

A senadora lembra que a Polícia Federal e o Ministério Público Federal e do Estado do Paraná já investigaram o caso em 2001 e apuraram o envio de aproximadamente US\$ 30 bilhões com indícios de lavagem de dinheiro sujo. Ideli cita ainda reportagens de revistas e jornais informando que o esquema de evasão de dólares teria sido feito pela agência de Nova York do Banco do Estado do Paraná (Banestado) em conexão com a agência do Banestado de Foz do Iguaçu. Ela cita ainda o envolvimento do Banco Araucária.

Conforme a senadora, a perícia técnica da Polícia Federal já tem um laudo conclusivo de 35 mil documentos, o que prova “a seriedade e relevância da investigação”. Ela observa que a investigação deve ser feita com urgência, pois a maioria dos casos investigados não teve denúncia formalizada pela Procuradoria da República e do estado do Paraná e os eventuais crimes podem prescrever.

Heloísa Helena cobra explicação de líderes

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) criticou os líderes partidários que defendiam o término da investigação pela Polícia Federal, Ministério da Justiça e Ministério Público Federal



Roosevelt Pinheiro

Heloísa: é preciso aprofundar as investigações

para só então deliberar sobre a criação de CPI para apurar as remessas ilegais de dólares por meio da agência do Banestado em Nova York.

– Efetivamente, os líderes não explicaram por que não instalaram a CPI há 15 dias e passam a instalá-la agora, depois que a Câmara abriu outra CPI com o mesmo objetivo.

O fato, disse, “demonstra a necessidade de aprofundar as investigações para desvendar os mistérios sujos da operação”.

Dados sobre tráfico podem ajudar, diz Malta

O senador Magno Malta (PL-ES) propôs a instalação de CPI para apurar irregularidades nas contas CC-5. Segundo ele, a CPI do Narcotráfico, da qual foi relator na Câmara dos Deputados,



José Cruz

Para Malta, evasão deve ser apurada

tem muitos subsídios para a nova investigação.

– A CPI levantou parte significativa das irregularidades das contas CC-5, e essas informações seriam importantíssimas para o trabalho da nova CPI.

Magno Malta também defendeu a continuidade da sessão plenária de ontem, encerrada devido à morte do deputado Moisés Lipnik (PDT-RR).

– Nada melhor do que continuar o trabalho legislativo, manter a sessão, como forma de homenagear um legislador – justificou.

Dois requerimentos chegaram ao Senado

Dois requerimentos para a instalação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar, no Senado, a remessa ilegal de divisas para o exterior, por meio de contas CC-5, também foram apresentados e lidos pela Mesa ontem. Ambos – um da senadora Ideli Salvatti (PT-SC) e outro do senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) – obtiveram as 27 assinaturas exigidas para a instalação de uma CPI.

Como a Mesa leu primeiramente o requerimento de Antero, Ideli pediu explicações, juntamente com o líder do PT, senador Tião Viana (AC). Presidindo a sessão, o senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) disse que o primeiro requerimento, por “ordem de chegada”, era mesmo o de Ideli.

O líder do PFL, José Agripino (RN), também defendeu a ins-



Genildo Magela

PEDIDO. Requerimento de Antero Barros também obteve as 27 assinaturas exigidas

talação imediata de uma CPI para apurar o caso, nos termos do requerimento apresentado por Antero. Segundo ele, o presidente do PFL, senador Jorge Bornhausen (SC), pretende ver instalada a comissão com o objetivo de prestar “o primeiro depoimento”.

Para Virgílio, comissão deve ser instalada já

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), afirmou que seu partido não é contra a existência de duas comissões parlamentares de inquérito (CPI), uma no Senado e outra na Câmara dos Deputados, para investigar a remessa ilegal de divisas por meio do Banestado. Para ele, o importante é que se instale imediatamente a CPI.

– Não temos nada contra. Temos tudo contra adiar a instalação. Se é mista ou não, não é importante.

Segundo Virgílio, seu partido tem enfrentado uma “sutileza injuriosa” quando a imprensa chama de “conta tucana” o que antes denominava “conta tucano”.

– Já disse que se algum tucano abriu uma conta com o nome ‘tucano’ teria que ser



Roosevelt Pinheiro

CONSEQÜÊNCIA. “A verdade que venha, doa a quem doer”, afirmou Arthur Virgílio

estúpido e corrupto – afirmou. Ele acrescentou que a CPI poderá averiguar se o procurador Luiz Francisco de Souza “está exagerando” ou se o delegado da PF José Castilho “é um benemérito ou vai perder o emprego”.

Virgílio explicou que as contas CC-5 foram criadas com o objetivo de evitar a lavagem de dinheiro. Para ele, a CPI deve investigar as fraudes cometidas.

– A verdade que venha, doa a quem doer – concluiu.

CPI DO BANESTADO

Apuração exige quebra de sigilo, diz Mercadante

O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), afirmou ontem em Plenário que as investigações sobre a remessa de aproximadamente US\$ 30 bilhões, via agência do Banestado em Nova York, chegaram a um ponto em que a-



EFICIÊNCIA. Para Mercadante, CPI mista terá condições de obter melhores resultados

penas com a quebra de sigilos bancário e fiscal poderão continuar, inclusive nos Estados Unidos. A Justiça norte-americana exigiu das autoridades brasileiras justificativas para a quebra dos sigilos bancários.

– O Brasil tem de continuar com as investigações para descobrir a origem dos dólares remetidos e para onde eles foram. Diante de tudo isso, foi

correta a decisão dos líderes partidários no Senado pela instalação da CPI – disse o senador.

Mercadante defendeu a instalação de uma CPI mista, com 12 senadores e 12 deputados, para tornar "mais eficientes as investigações", lembrando que o mesmo ocorreu com a CPI que levou ao *impeachment* do presidente Fernando Collor e com a CPI do Orçamento. O parlamentar destacou os esforços dos líderes partidários do Senado e da Câmara nessa direção, e acrescentou não ver sentido em uma comissão na Câmara e outra no Senado fazendo as mesmas investigações.

Líder garante que governo procura acelerar investigações

O senador Aloizio Mercadante fez um histórico do caso Banestado, sustentando que o governo Lula tem procurado acelerar as investigações. Lembrou que, logo após a posse, foi montada uma força-tarefa para o caso, com integrantes do Ministério Público Federal e do Paraná, da Polícia Federal, do Banco Central e da Receita Federal. O objetivo era investigar as remessas de dólares pelas contas CC-5 do Banco Central com indícios de dinheiro ilegal – de narcotráfico, contrabando, corrupção ou fraudes.

Mercadante salientou que desde 1992 é legal remeter dinheiro para o exterior por meio dessas contas. Só na crise de setembro de 1998, saíram do Brasil US\$ 21 bilhões em função da expectativa de desvalorização do real frente ao dólar, que acabou se verificando em janeiro de 1999.

O senador observou que as investigações vêm sendo feitas desde o governo passado em torno das remessas via bancos instalados em Foz do Iguaçu (PR). Nessas investigações, foi detectado dinheiro de origem ilegal. Por conta disso, foi en-

viada uma força-tarefa aos Estados Unidos, que teve acesso às contas oriundas de Foz do Iguaçu e, "de fato, foram constatados indícios de dinheiro oriundo de narcotráfico, contrabando e corrupção", frisou.

No entanto, explicou o líder do governo, a situação chegou a um impasse, pois a Justiça norte-americana pediu às autoridades brasileiras as justificativas para a quebra dos sigilos bancários dos investigados. Lá, conforme Mercadante, a lei é rígida e só se pode pedir quebra de sigilo em caso de narcotráfico, terrorismo ou corrupção com dinheiro público.

Nos últimos dias, a continuidade das investigações foi dificultada. Diante disso, o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, o futuro procurador-geral da República, Cláudio Fonteles, e o controlador-geral da República, Waldir Pires, estão reorganizando a força-tarefa que investiga as remessas de dólares para o exterior. Assim, no entendimento do líder do governo, uma CPI do Congresso irá acelerar as investigações, inclusive com pedidos de quebra de sigilo.

Porte ilegal de arma pode ter punição mais severa

Subcomissão de Segurança Pública quer tornar crime inafiançável e aumentar penas

A Subcomissão de Segurança Pública, vinculada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), aprovou ontem projeto que torna o porte ilegal e o tráfico de armas crimes inafiançáveis e impede a concessão de liberdade provisória no caso de prisão em flagrante.

– Os crimes de porte ilegal de arma de fogo e tráfico de armas, em face da grave ameaça que representam para a sociedade, devem ser considerados delitos inafiançáveis – disse o senador César Borges (PFL-BA), relator das propostas que tratam do assunto. O relatório condensa propostas de autoria do senador Romeu Tuma (PFL-SP) e do ex-senador Carlos Patrocínio.

César Borges acolheu, por exemplo, sugestão de Tuma que aumenta a pena para o crime de porte, emprego e ocultação de armas. Outra sugestão aceita é o agravamento da pe-



CONTRA A VIOLÊNCIA. César Borges acolheu propostas para limitar uso de armas de fogo

na no caso de delito cometido por proprietário, responsável legal ou funcionário de empresa especializada na prestação de serviços de segurança, guarda e transporte de valores.

Depois de aprovar o relatório, a subcomissão decidiu fazer gestões junto à Mesa do Senado para que seja votado, no menor prazo possível, o projeto de autoria do senador Gerson Camata (PMDB-ES), de 1999, que também trata do assunto. Como a proposta tem tramitação



MAIS RIGOR. Tuma propôs aumentar pena para porte, emprego e ocultação de armas

mais adiantada, os senadores entenderam que é melhor votá-la o quanto antes.

A subcomissão também aprovou requerimento do senador Magno Malta (PL-ES) para a realização de audiências públicas visando debater a legislação contra o crime organizado, a lavagem de dinheiro e o narcotráfico. O requerimento prevê convite, entre outras, a autoridades do Judiciário, Ministério Público e sistemas de segurança federais e estaduais.

Comissão aprova indicações de embaixadores

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem a indicação do embaixador Carlos Augusto Rego Santos Neves para, cumulativamente com o cargo de embaixador do Brasil junto à Federação Russa, exercer o cargo junto ao Cazaquistão. Também foi aprovada a indicação do diplomata Affonso Emílio de Alencastro Massot para comandar a embaixada brasileira na República Tcheca. A aprovação final ainda depende de votação em Plenário.

Em seguida, a CRE ouviu palestra do professor Alberto Arroyo, da Universidade Nacional Autónoma Mexicana, sobre a experiência mexicana com o Nafta, que é o acordo de livre comércio entre Estados Unidos, Canadá e México. O professor disse que é preciso tomar cuidado com o tratado da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), pois existe um capítulo na proposta americana que define o que o Estado pode ou não fazer e especifica até o



APROVADO. Affonso Massot (ao lado do senador Eduardo Suplicy) teve sua indicação para a República Tcheca acolhida pela CRE

que as leis devem conter.

O professor também revelou que as exportações mexicanas triplicaram, mas 60% delas estão concentradas em 300 grandes empresas transnacionais que trazem todos os insumos de fora, maquiagem os produtos e estão completamente desconectadas do sistema produtivo mexicano. Segundo Alberto Arroyo, 43% das exportações são de produtos maquiados.

– O setor de exportações tem

menos empregos hoje do que no dia em que o México entrou no Nafta. O comércio exterior não significou entrada de dólares no país, porque, se exportamos mais, também importamos muito mais – relatou.

A CRE volta a se reunir hoje, após a ordem do dia da sessão plenária, para apreciar a indicação do diplomata Gilberto Vergne Sabóia para o cargo de embaixador do Brasil no Reino dos Países Baixos.

Iris critica programas de TV que estimulam o erotismo infantil

■ Senadora foi indicada pelo PMDB para CPI que investigará a exploração sexual de crianças e adolescentes

Ao comunicar que foi indicada pelo seu partido para participar da comissão parlamentar de inquérito (CPI) que vai apurar a violência e exploração sexual de crianças e adolescentes, a senadora Iris de Araújo (PMDB-GO) opinou que programas de televisão também podem ser uma forma de agressão contra a infância. Em sua avaliação, parlamentares, governo, pais e educadores de-



AJUDA. Iris defende uma programação que estimule a criatividade das crianças

vem estudar formas para viabilizar programação que respeite a imaturidade das crianças,

trabalhe sua imaginação e estimule os bons hábitos e a criatividade.

Iris ressaltou não estar propondo a volta da censura.

Em sua avaliação, enquanto leis, programas de governo e ações de organizações não-governamentais tentam libertar crianças e adolescentes do trabalho escravo, incluí-las na escola e melhorar sua qualidade de vida, por outro lado existe um empenho para a erotização prematura das crianças. Ela observou que as crianças não devem ser expostas à prática do seu potencial erótico, por não terem maturidade necessária.

– Mas é exatamente isso que parte da indústria audiovisual

vem fazendo, ao transmitir para a telinha da TV, em horário voltado para o público infantil, programas que exibem e exploram o erotismo, seja no comportamento ou nos figurinos dos apresentadores e apresentadoras ou de quem quer que seja que ali compareça.

Em aparte, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) lembrou que, quando diretor da Polícia Federal, determinou a realização de operações no Pará para coibir a exploração sexual de menores.

Já o senador Leonel Pavan (PSDB-SC), também em aparte, sugeriu a municipalização das ações de combate à exploração contra a infância.



CONTRIBUIÇÃO. Tião Viana disse que o Bolsa-Escola ajuda a combater a exploração infantil

Trabalho de crianças precisa acabar, diz Viana

O senador Tião Viana (PT-AC) afirmou estar preocupado com o trabalho infantil. Apesar das conquistas dos últimos 20 anos, frisou, o país ainda precisa lutar pelo fim da exploração de crianças e adolescentes.

– Não podemos ser ingênuos e imaginar que, por termos um bom conjunto normativo, o trabalho infantil desapareceria da noite para o dia. Se podemos dizer, com orgulho, que a legislação brasileira, hoje, é uma das mais modernas do mundo, não podemos, porém, fechar os olhos e afirmar que o problema está encerrado entre nós. Infelizmente, o trabalho infantil ainda existe, e muito, no Brasil.

Viana citou números da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Conforme os dados, em 2001 existiam no país mais de 5 milhões de crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos trabalhando. "Em alguns estados, até 20% das crianças trabalhavam. Some-se a isso que mais de 1 milhão não frequentava a escola", informou o parlamentar, ressaltando que metade dessas crianças nem sequer recebia remuneração.

Bolsa-Escola

O programa Bolsa-Escola, do governo federal, foi mencionado pelo senador como um modo eficaz de combater o problema. "Muitas vezes criticado como assistencialista, o Bolsa-Escola é um dos mais interessantes e originais programas sociais. A criança recebe, por frequentar a escola, determinado valor por mês", informou.

Viana ressaltou que o Ministério da Educação pretende implantar programas de combate ao trabalho infantil e à exploração sexual de crianças e jovens.

Projeto institui o Dia da Pastoral da Criança

O senador Flávio Arns (PT-PR) propôs que em 5 de dezembro seja comemorado o Dia Nacional da Pastoral da Criança. Nesse período do ano é festejado o Dia Internacional do Voluntário. A data foi escolhida, explicou, porque a Pastoral conta com mais de 150 mil voluntários no país. O projeto, de caráter terminativo, está na Comissão de Educação (CE).

Criada em 1993, em Florestópolis (PR), a pastoral é um organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Em todo o país, a entidade atende a mais de 77 mil gestantes e quase 2 milhões de crianças carentes menores de seis anos, segundo dados do segundo trimestre de 2001.

Arns informou que a pastoral desenvolve ações básicas de saúde, nutrição, educação e cidadania. As famílias também são acompanhadas.



ASSISTÊNCIA. Segundo Flávio Arns, a Pastoral atende a quase 2 milhões de crianças no país



DENÚNCIA. O artista plástico Siron Franco (E) foi ouvido ontem pela CE sobre falsificação de obras de arte

Comissões querem punição de falsificador

As Comissões de Educação (CE) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deverão solicitar à Câmara que aprecie com urgência projeto de lei do senador Edison Lobão (PFL-MA), aprovado pelo Senado em novembro de 2001, que estabelece punição para a falsificação de obras de arte. A decisão foi tomada ontem pelos integrantes da CE, após audiência pública com o artista plástico goiano Siron Franco.

Durante a reunião, Siron relatou experiências de ter obras de arte de sua autoria falsificadas e pediu legislação mais eficaz. O artista compareceu à comissão por requerimento da senadora Iris de Araújo (PMDB-GO).

Edison Lobão ressaltou que a

atual legislação não facilita a punição e não impede com rigor as falsificações. Também não existe, observou, órgão especializado para realizar perícia em obras de arte. Siron elogiou especialmente o fato de o projeto prever a destruição da obra falsificada. O texto também cria comissão especial no Ministério da Cultura com poder para examinar obras e destruir as que não forem verdadeiras.

Conforme Siron, é comum que obras falsas apreendidas voltem ao mercado. Ele lembrou às pessoas que temem comprar obras de arte falsificadas que os preços delas são geralmente menores que os das originais. "Esse tipo de crime lesa o patrimônio pessoal do

coleccionador e o patrimônio cultural do Brasil", afirmou.

Iris de Araújo defendeu a mudança da legislação para facilitar a punição. Ela informou que no Brasil são falsificadas 600 obras por ano.

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) questionou procedimentos da polícia na apuração de falsificação de quadros de Siron. Tuma quer saber por que um quadro apreendido voltou ao mercado. Para o senador, há indícios da atuação de crime organizado.

Os senadores Eurípedes Camargo (PT-DF), Demostenes Torres (PFL-GO) e José Jorge (PFL-PE) prestaram solidariedade às vítimas da falsificação. Tuma convidou Siron Franco a expor suas obras na Casa.



Senadores e deputados revezaram-se ontem na tribuna para exaltar as qualidades de estadista e homem público simples, franco, idealista, digno e leal de Antônio Aureliano Chaves de Mendonça, ex-deputado, ex-governador de Minas Gerais e ex-vice-presidente da República, falecido no mês de abril, aos 74 anos de idade, em Belo Horizonte

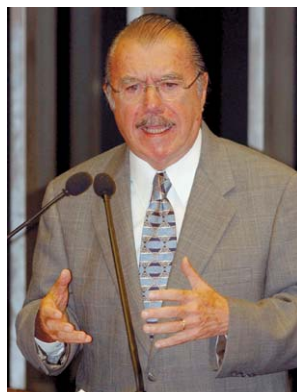
Congresso faz homenagem a Aureliano Chaves

Políticos, parentes e amigos reuniram-se na manhã de ontem em sessão solene do Congresso Nacional, sob a presidência do senador José Sarney, para realizar homenagem à memória do ex-vice-presidente da República Aureliano Chaves, morto em decorrência de complicações de diabetes no último dia 30 de abril, aos 74 anos de idade. O presidente José Sarney destacou a coragem cívica de Aureliano, manifestando a grande amizade e saudade por aquele que foi um de seus



colaboradores na Presidência da República. – Com sua morte, sem dúvida o Brasil ficou menor e Minas perdeu uma das referências maiores de sua contribuição à recente história pública brasileira – disse Sarney. Os senadores e deputados que ocuparam a tribuna por quase três horas ressaltaram as características do homem público simples, franco, idealista, digno e fiel, lembrando o papel de Aureliano Chaves nos tempos de redemocratização e sua luta pelos valores nacionalistas e de liberdade.

JOSÉ SARNEY



“Um homem dedicado à causa pública”

O presidente do Senado, José Sarney, lembrou a comoção que o tomou no dia em que precisou comunicar ao Plenário o recebimento da notícia do falecimento do ex-vice-presidente da República. Sarney afirmou que Aureliano, agora, "libertase da condição humana e da vida política" para entrar para a história.

– As flores já murcharam sobre seu túmulo. Ele agora é pedra, aquela pedra definitiva com que a história marca os grandes homens do Brasil – destacou o senador.

Sarney acentuou as qualidades de Aureliano, a integridade, a competência e a dedicação à causa pública, qualificando-o como "um dos grandes políticos contemporâneos".

EDUARDO AZEREDO

“Conquistas têm contribuição de Aureliano”

O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), ex-governador de Minas Gerais, enfatizou a importância das articulações políticas de Aureliano Chaves para o retorno do país ao estado de direito. Manifestando sua admiração pelo homenageado, o parlamentar observou que os episódios que marcaram essa época mostram "um Aureliano que jamais se curvou e sempre contribuiu, aberta ou veladamente, para acelerar a volta do país à democracia".

– As conquistas definitivas, tangíveis, impreteríveis e imposteráveis, destinadas a varar os anos e vencer o tempo, têm muito da contribuição do mineiro e brasileiro Antônio Aureliano Chaves de Mendonça – frisou.



AELTON FREITAS



“Um dos mais sérios políticos brasileiros”

Falando de sua emoção, como mineiro, em participar da homenagem à memória de Aureliano Chaves, o senador Aelton Freitas (PL-MG) citou o caráter justo da solenidade. Para ele, Aureliano deve ser lembrado como um dos mais brilhantes, sérios e exemplares homens públicos que o Brasil já teve.

Aelton contou que, aos 14 anos de idade, conheceu Aureliano quando este era governador de Minas Gerais e desde então tornou-se seu fã. Disse também, ao encaminhar um abraço aos familiares e, em particular, ao filho do homenageado, que se sentia honrado em participar, ao lado de tantas pessoas que conviveram com o vice-presidente, de cerimônia tão merecida.

MARCO MACIEL

“Conduta sempre coerente”

O senador Marco Maciel (PFL-PE) fez um relato das etapas da vida do ex-vice-presidente, enfatizando o sentimento cívico do político mineiro. Para ele, essa característica estava relacionada a um verdadeiro sentimento patriótico do homenageado.

O senador disse considerar que foi o sentimento nacionalista que dotou Aureliano Chaves de princípios que nortearam e compatibilizaram a conduta política coerente e o senso de oportunidade de homem público.

Marco Maciel aproveitou para salientar a dedicação e valorização de Aureliano Chaves à família, em especial à esposa, dona Vivi, falecida menos de um ano antes do homenageado.



JOSÉ R. ARRUDA



“Capacidade de vislumbrar o futuro do país”

Falando em nome da Câmara, o deputado José Roberto Arruda (PFL-DF) descreveu a trajetória do homenageado, destacando sua capacidade de vislumbrar o futuro do país.

Arruda também ressaltou fato ocorrido em 1968, no auge da ditadura militar, em que a Universidade de Brasília (UnB) foi invadida. O deputado narrou que Aureliano discursou na tribuna da Câmara em protesto contra os atos de violência praticados contra os estudantes.

Falaram ainda, em nome da Câmara, os deputados Marcelo Siqueira (PMDB-MG), José Carlos Aleluia (PFL-BA), Mário Assad Júnior (PL-MG), Patrus Ananias (PT-MG), Athon Avelino (PPS-MG) e Rafael Guerra (PSDB-MG).

PEDRO SIMON

“Coragem em momentos difíceis”

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) ressaltou as qualidades políticas, morais, pessoais e intelectuais de Aureliano Chaves, para dizer que ele sempre apontava a direção correta em momentos difíceis da vida nacional. Ele salientou que Aureliano teve a coragem de expor as suas idéias, "numa época em que muita gente tentava esconder o que realmente pensava".

Simon disse que Aureliano era um homem de posições firmes, e, apesar de apoiar o governo militar de 1964, por julgar que o movimento colocaria "um pouco de ordem no conturbado cenário político da época", não titubeou em apontar os desaminhos do regime, mesmo quando assumiu a Vice-Presidência.



Multa maior para importador que descumprir lei



Relatório de Jucá incluiu sugestões do BC

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou, ontem, parecer de Romero Jucá (PMDB-RR) favorável a projeto de lei da Câmara que modifica critérios para aplicação de multa aos importadores que desrespeitarem as condições estabelecidas pelo Banco Central (BC) nas operações registradas no Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex).

O relatório de Jucá incluiu sugestões do BC ao texto que veio da Câmara com a apresentação de três emendas, aceitas pelos integrantes da CAE. A primeira delas eleva o teto da multa de 10% para 100% do valor em reais da respectiva importação, define prazo para sua cobrança e torna o adquirente da mercadoria, indicado na Declaração de Importação (DI), responsável solidário no caso do pagamento da penalidade.

A segunda emenda exclui dessa cobrança os saldos inferiores a US\$ 10 mil, evitando-se, como explica Jucá, os custos decorrentes da instauração de procedimento administrativo. O relator deixa claro que caberá ao BC especificar os derivados de petróleo que estarão liberados da multa aplicada aos importadores.

Sector público

Por fim, a terceira emenda define que a multa diária, sob a modalidade de encargo financeiro, já prevista em lei, será aplicada às importações com DI registradas no Siscomex e com vencimento até 180 dias contados a partir da data de publicação da lei. Um dos objetivos do projeto de lei, segundo o relator, foi excluir de pagamento de multa as importações do setor público, inclusive aquelas realizadas em data anterior à publicação da lei.

Jucá citou explicação apresentada na exposição de motivos encaminhada pelo Executivo. "No caso do setor público, as operações têm sido conduzidas pelo Banco do Brasil que, agora, busca ressarcimento junto àqueles órgãos públicos e se recusa a fazer novas contratações de câmbio nas situações que ainda geram a cobrança desse encargo", afirmou.

Indenização por trabalho escravo aprovada na CAE

■ Projeto determina pagamento de R\$ 52 mil a trabalhador rural explorado em fazenda no sul do Pará

Os integrantes da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovaram ontem parecer favorável a projeto de lei da Câmara dos Deputados que concede a primeira indenização por trabalho escravo no país. Encaminhado no dia 10 de março pelo governo e tramitado em regime de urgência no Congresso Nacional, o projeto será agora submetido ao Plenário do Senado.

A proposta foi aprovada na última quarta-feira pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que acatou integralmente o texto proveniente da Câmara. No entanto, no seu parecer, o senador Luiz



CASO ESPECÍFICO. Relator da proposta, Luiz Otávio suprimiu emenda para situações análogas

Otávio (PMDB-PA) suprimiu, a pedido do governo, emenda que garantia a aplicação do benefício a casos análogos, desde que com prévia instauração de processo perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos e a correspondente autorização legislativa.

O projeto de lei da Câmara trata de caso específico, permitindo que a União indenize José

Pereira Ferreira, no valor de R\$ 52 mil, por ter sido submetido a trabalho escravo aos 17 anos de idade, em condições desumanas e sem remuneração, na fazenda Espírito Santo, no sul do Pará. José Pereira sofreu lesões permanentes em seu olho direito quando tentou escapar e foi alvejado por funcionários da fazenda, como relata o secretário especial dos Direitos Humanos, Nilmário Miranda, em sua exposição de motivos.

O relator mostrou em seu parecer que não há impedimento de ordem orçamentária, pois a Secretaria Especial dos Direitos Humanos destinou R\$ 80 mil para o atendimento emergencial a pessoas submetidas a violações de direitos. O projeto de lei prevê que a União será ressarcida dessa indenização concedida a José Pereira por intermédio de ações ou procedimentos administrativos ou judiciais cabíveis.

Acordo garante pagamento ao trabalhador rural

O projeto de lei que trata da indenização de José Pereira Ferreira foi enviado ao Congresso pelo Executivo em março passado como parte da negociação entre o governo brasileiro e a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), órgão da Organização dos Estados Americanos (OEA). As negociações vinham ocorrendo desde 2000 e tinham como objetivo reparar os danos causados ao trabalhador rural.

A aprovação da indenização vai evitar que o Brasil seja citado no relatório anual da CIDH. Isso porque o país é signatário, desde 1992, da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, também conhecida como Pacto de São José da Costa Rica, que criou a CIDH e a Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Pelo tratado, o Estado brasileiro se compromete a respeitar os direitos e liberdades individuais, além de combater o trabalho escravo. O descumprimento sujeita o país a abertura de processo por parte da Corte, além de citação no relatório anual dos direitos humanos.

A agressão a José Pereira Ferreira recebeu atenção especial da CIDH porque o fato ocorreu em 1989, antes da assinatura do Pacto de São José por parte do Brasil. Para evitar que o trabalhador fosse excluído dos benefícios do tratado, a CIDH cobrou do governo brasileiro uma solução para o caso.

Comissão analisa as dívidas de agroindústrias

O senador Osmar Dias (PDT-PR) apresentou ontem relatório favorável ao projeto de lei da Câmara que anistia as agroindústrias do pagamento da diferença entre a contribuição previdenciária, paga de abril de 1994 a abril de 1997, recolhida conforme determinação de lei considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, e a contribuição devida, de acordo com a legislação vigente. Pedido de vista coletiva liderado pelo senador Roberto Saturnino (PT-RJ), que quer avaliar o impacto financeiro da medida sobre o Tesouro, adiou a votação do relatório.

Para Osmar Dias, a anistia da dívida é justa, já que, naquele



DETERMINAÇÃO LEGAL. Osmar Dias apresentou parecer favorável ao perdão dos débitos

período, os agroindustriais recolheram as taxas para a Previdência Social, à razão de 2,5% sobre o valor da produção agrícola, em conformidade com a legislação. Com a anulação da lei pelo STF, voltou a valer a regra que determina que a con-

tribuição deve corresponder a 20% do valor da folha salarial da agroindústria.

O senador César Borges (PFL-BA) alertou o presidente em exercício da CAE, senador Paulo Octávio (PFL-DF), para que propostas, objetos de pedidos de vistas, retornem à pauta no prazo regimental.

O senador Almeida Lima (PDT-SE) estranhou a ausência na pauta do projeto de Jefferson Péres (PDT-AM), que reserva 35% dos recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Paulo Octávio anunciou que a proposta deve ser analisada na próxima reunião.

Subcomissão discute regras do Fome Zero

Foi criada ontem a Subcomissão Temporária Fome Zero, formada por sete membros titulares e sete suplentes. Ligada à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o colegiado terá 90 dias para estudar, de acordo com indicação do senador Ramez Tebet (PMDB-MS), a possibilidade de transformar em dinheiro o auxílio-alimento patrocinado pelo programa Fome Zero.

A criação da subcomissão foi derivada de indicação de Tebet, que é presidente da CAE, em junho de 2002, solicitando à comissão que estudasse a possibilidade de substituir a cesta básica por um benefício com valor equivalente em dinheiro. Na oportunidade, ainda que reconhecendo a importância da cesta de alimentos como política compensatória, Tebet questionava se essa seria a forma mais adequada de combate à pobreza, tendo em vista o processo de compra e distribuição dos produtos.

Além do mais, o encaminhamento do recurso diretamente ao beneficiário reduziria desvios, bem como o uso político do instrumento. O objetivo é propiciar um debate que viabilize um novo mecanismo de combate à pobreza mais desburocratizado e mais voltado aos interesses do cidadão – afirmou Tebet.

Desde a apresentação da indicação, os senadores Jonas Pinheiro (PFL-MT) e Ney Suassuna (PMDB-PB) apresentaram relatórios favoráveis à criação da subcomissão temporária. Suassuna atualizou a proposta, tendo em vista os planos do governo Lula com relação ao combate à fome.

Dívida dos estados

Na reunião, o senador César Borges (PFL-BA) reclamou da demora na instalação da subcomissão criada pela CAE para estudar as dívidas dos estados. O requerimento, disse, foi aprovado há cerca de 30 dias, mas, de acordo com o presidente em exercício da comissão, senador Paulo Octávio (PFL-DF), alguns partidos ainda não indicaram seus representantes.



Tebet propôs a criação do novo colegiado

Lúcia Vânia resalta demanda social



Lúcia Vânia comenta ação de sem-terra

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) destacou a "grande demanda social existente no país e que precisa ser atendida urgentemente", ao comentar matérias de *O Estado de S. Paulo* do último dia 6. As reportagens tratam da ocupação de áreas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) nos estados de Pernambuco e São Paulo.

Conforme uma das matérias citadas por Lúcia Vânia, famílias que estão migrando para Presidente Epitácio, no Pontal do Paranapanema, vão ter que esperar mais tempo para conseguir a terra. O jornal informa que, de acordo com a Fundação Instituto de Terras do estado, os programas para a região este ano contemplam apenas 1.400 famílias.

Teotonio lembra queda de juros na UE



Teotonio: taxa européia caiu para 2%

Ao alertar o governo Luiz Inácio Lula da Silva para os perigos da atual política de juros adotada pelo governo, o senador Teotonio Vilela Filho (PSDB-AL) pediu a inserção, nos Anais do Senado, de matéria publicada pela *Gazeta Mercantil* em 6 de junho passado, sobre a redução, de 2,5% para 2%, da taxa básica de juros promovida pelo Banco Central Europeu.

Conforme a reportagem, aquela medida visa combater a estagnação econômica verificada na União Européia. Registra a matéria lida por Teotonio Vilela Filho que o desempenho do Produto Interno Bruto (PIB) da Zona do Euro ficou em zero no primeiro trimestre deste ano, enquanto, no mesmo período do ano passado, registrou crescimento de 0,8%.

Valadares quer garantir o acesso do aluno à Internet

■ Projeto tem objetivo de combater exclusão digital, segundo ele uma das causas do desemprego no país

Com o objetivo de promover a inclusão digital no país, o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) apresentou projeto de lei estabelecendo que o poder público deverá garantir o acesso dos estudantes ao computador e à Internet, a partir do ensino básico.

O projeto, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), determina à União, em parceria com estados e municípios, a elaboração de políticas específicas para a inclusão digital. De acordo com o projeto, as escolas terão a incumbência de ofertar laboratórios de informática para democratizar o acesso dos alunos ao mundo digital.

Na justificativa, Valadares cita dados do Ministério da Educação demonstrando que os estudantes que dispõem de computador em casa têm desempenho superior em até 17% nas provas de Matemática e 13% nas de Português, se comparados com os que não usam ou não têm acesso àquele equipamento de informática.

O senador lembra ainda que pesquisa divulgada recentemente pela Fundação Getúlio

Exclusão é maior no ensino fundamental

A biblioteca é o principal recurso pedagógico disponível para a maioria dos estudantes brasileiros. Outros recursos, como laboratório de ciências e acesso à Internet, ainda são escassos, principalmente no ensino fundamental. Veja o que é ofertado nos colégios (percentual das escolas atendidas):



Serviço	1ª a 4ª série	5ª a 8ª série	Ensino médio
Acesso à Internet	19,8%	32,4%	45,6%
Laboratório de informática	14,7%	35,7%	55,9%
Laboratório de ciências	10,9%	29,8%	48,1%

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep)

Vargas aponta a adesão de 1 milhão de brasileiros à informática a cada quatro meses. Em março do corrente ano, a fundação registrou 26,7 milhões de pessoas com computador em casa, ou seja, desde o ano 2000, a taxa de brasileiros com acesso à informática avançou de 10% para 15%. Todavia, o país ainda tem 150 milhões de "sem-computador", observou o senador.

Segundo Valadares, essa exclusão digital é certamente um dos motivos relevantes que explicam o elevado número de desempregados no Brasil, ao lado de outros fatores macroeconômicos ainda não resolvidos pelo novo governo.

Ao concluir seu pronunciamento, Valadares afirmou que a exigência para que escolas disponibilizem acesso ao mundo digital, desde o ensino bá-



VANTAGEM. Para Valadares, aluno que possui computador tem melhor desempenho

co, certamente resultará, em médio e longo prazos, na rápida integração de brasileiros a computadores, independente do nível socioeconômico da pessoa, o que determina sua capacidade, ou não, de adquirir um computador.

Paulo Paim: negros defendem estatuto

O senador Paulo Paim (PT-RS) destacou, em Plenário, os resultados do Encontro Nacional Negros e Educação, realizado em março deste ano, em Santa Catarina. O encontro contou com a participação de mais de uma centena de educadores e o documento final, denominado "Carta de Florianópolis", denuncia "o déficit educacional da população negra, consequência da dominação e do processo de exclusão a que foram submetidos os afro-brasileiros ao longo de nossa história", disse ele.

Paim agradeceu o apoio da "Carta de Florianópolis" ao Es-

tatuto da Igualdade Racial, previsto em projeto apresentado por ele que se encontra em discussão na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). "Que se discuta e aprove e se exija o cumprimento do Estatuto do Negro, de iniciativa do senador Paulo Paim, em toda a sociedade brasileira", afirmam os participantes do encontro, que pedem também aos parlamentares que "promovam leis e que se fiscalize e acompanhe a implementação de leis e políticas públicas que venham efetivamente a promover a igualdade racial".

No documento, os educado-

res reivindicam a implementação com urgência de políticas públicas para combater as desigualdades raciais. Paulo Paim citou trecho em que os participantes do encontro afirmam não querer se limitar a discutir apenas a educação escolar, mas também "saúde, trabalho, moradia, previdência" e o próprio país. "Queremos seguir colaborando para a construção do verdadeiro crescimento e desenvolvimento deste país, mas não mais como escravos, não como cidadãos de segunda categoria e sim como sujeitos sociais", assinalam os signatários da "Carta de Florianópolis".

Arthur Virgílio apóia pleito das Santas Casas



Virgílio cita defasagem na tabela do SUS

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) manifestou solidariedade às Santas Casas, que estão encontrando dificuldades para compatibilizar os recursos que recebem do Sistema Único de Saúde (SUS) com as suas despesas operacionais. Segundo o senador, a situação delicada dos hospitais da instituição foi tema de debate em audiência pública na Comissão de Seguridade Social e Família, da Câmara dos Deputados, no dia 29 de maio.

Durante a audiência, a superintendente técnica da Federação das Santas Casas, Hospitais e Entidades Filantrópicas de São Paulo, Maria Fátima da Conceição, informou que, por um parto normal, que custa R\$ 944 ao hospital, o SUS paga à instituição apenas R\$ 330.

Pavan destaca aniversário de cidades de SC



Leonel Pavan pediu envio de congratulações

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) pediu à Mesa do Senado o envio de congratulações aos municípios catarinenses de Presidente Getúlio, Apiúna e Doutor Pedrinho, por meio de seus prefeitos, Jaci José Bortolon, Roberto Schulz e Aderbal Viviam, respectivamente. No dia 1º deste mês, Apiúna e Doutor Pedrinho comemoraram 14 anos de emancipação política, e Presidente Getúlio completa 99 anos de fundação, disse ele.

Segundo Pavan, a população de Presidente Getúlio tem motivos para comemorar os quase 100 anos de colonização da localidade, que recebeu imigrantes suíços, alemães e italianos. O senador destacou que o município foi um dos ganhadores do Prêmio Gestão Fiscal Responsável.